

Aceito de todo o coração o lema “O melhor governo é o que governa menos”; e gostaria de o ver cumprido de forma mais rápida e sistemática. Posto em prática, acabará por levar a este, em que também acredito: “O melhor governo é o que não governa mesmo”; e, quando os homens estiverem preparados para isso, será o tipo de governo que terão. O governo é, na melhor das hipóteses, uma simples conveniência; mas os governos são — a maior parte em geral e todos por vezes — inconvenientes. As objeções que têm sido levantadas contra um exército permanente — e há muitas e ponderosas, a merecer impor-se — também podem, no fundo, ser levantadas contra um governo permanente. O exército permanente é apenas um braço do governo permanente. O próprio governo, que é apenas o modo que o povo escolheu para executar a sua vontade, é igualmente passível de sofrer abusos e perversões antes de o povo conseguir agir através dele. Vejam a atual guerra do México, obra de relativamente poucos indivíduos, que se servem de um governo permanente como instrumento, pois, à partida, as pessoas não teriam concordado com esta medida.

O que é este governo americano senão uma tradição, embora recente, empenhada em transmitir-se intacta à posteridade, mas perdendo a cada instante uma parte da sua integridade? Não possui a vitalidade e a força de um só homem vivo, pois um só homem consegue vergá-lo à sua vontade. É uma espécie de arma de

brinquedo para as pessoas; e, se a usassem a sério umas contra as outras, acabaria certamente por se partir. Mas não é menos necessária por causa disso, pois no fundo o povo precisa de ter algum mecanismo complexo e ouvir o seu estrépito, para satisfazer a sua ideia de governo. Deste modo, os governos demonstram como é fácil abusar dos homens, e estes por sua vez deles mesmos, para proveito próprio. É excelente, temos todos de convir; no entanto, este governo nunca incentivou por si só qualquer iniciativa, a não ser pela celeridade com que opta por não interferir. *Ele* não mantém a liberdade do país. *Ele* não apazigua o Oeste. *Ele* não educa. O caráter intrínseco do povo americano é que fez tudo o que foi realizado; e teria feito ainda mais, caso o governo não tivesse interferido por vezes. Pois o governo é uma conveniência através da qual os homens de bom grado tentam deixar-se uns aos outros em paz; e, tal como foi dito, quanto mais conveniente for, mais os governados serão deixados em paz. Os negócios e o comércio, se não fossem feitos de borracha, nunca conseguiriam ultrapassar obstáculos que os legisladores lhes estão constantemente a colocar; e, se fôssemos julgar estes homens unicamente pelos efeitos das suas ações, e não em parte também pelas suas intenções, mereceriam ser condenados e punidos juntamente com os malfeitores que colocam entraves na via-férrea.

Mas, para falar na prática e enquanto cidadão, ao contrário daqueles que se consideram antigovernamentais, não peço que não haja de imediato nenhum governo, mas que haja *de imediato* um melhor governo. Se cada homem declarar que tipo de governo seria merecedor do seu respeito, isso já representará um passo no sentido de o obter.

Afinal, a razão prática pela qual o povo, quando o poder está nas suas mãos, permite que uma maioria domine, e o continue a fazer durante muito tempo, não é porque a maioria tenha provavelmente razão, nem porque pareça mais justo à minoria, mas porque a maioria é constituída pelos mais fortes fisicamente. Mas um governo em que a maioria domina sempre não se pode basear na justiça, mesmo no sentido que os homens lhe atribuem. Não poderá haver um governo em que não sejam as maiorias a decidir

virtualmente o que é justo e o que é injusto, mas sim a consciência? Em que as maiorias decidam apenas as questões em que a regra da conveniência se aplique? Deverá o cidadão, por um momento que seja, ou num grau mínimo, abdicar da sua consciência em favor do legislador? Porque é que cada homem possui, então, uma consciência? Creio que deveríamos ser homens em primeiro lugar, e súbditos depois. O ideal não é tanto cultivar o respeito pela lei, mas sim pela justiça. A única obrigação que tenho o direito de assumir é a de fazer em qualquer circunstância aquilo que me parece justo. Diz-se com bastante razão que uma corporação não tem consciência; mas uma corporação de homens conscientes é uma corporação *com* consciência. A lei nunca tornou os homens mais justos; e, por causa do seu respeito por ela, até os bem-intencionados se transformam diariamente em agentes da injustiça. Uma consequência comum e natural deste respeito indevido pela lei é o facto de podermos ver um regimento em que todos — coronel, capitão, cabo, soldados, artilheiros e demais — marcham de modo admiravelmente ordenado por montes e vales a caminho da guerra, contra as suas vontades, é certo, contra o seu senso comum e as suas consciências, o que torna essa marcha ainda mais dura e nos aperta o coração. Não têm qualquer dúvida de que estão envolvidos numa atividade condenável; todos eles são de natureza pacífica. Mas afinal o que são eles? Ainda homens? Ou pequenos fortes e paióis ambulantes, ao serviço de um homem sem escrúpulos no poder? Visitem um arsenal da Marinha e observem um fuzileiro, um desses homens que os governos americanos podem criar, ou transformar com a sua magia negra, uma mera sombra ou resquício de humanidade, um homem vestido como um defunto, ainda vivo e de pé, mas já, por assim dizer, enterrado com honras militares, embora possa até acontecer que:

“Nenhum tambor, nenhum cântico fúnebre se ouviu,
Enquanto, apressados, o seu corpo levávamos;
Nenhum soldado disparou uma salva de despedida
Sobre o túmulo em que o nosso herói sepultávamos.”¹

A massa dos homens serve, pois, o Estado, não como homens acima de tudo, mas como máquinas, com os seus corpos. São o exército permanente e a milícia, os carcereiros, os polícias, os ajudantes do xerife, etc. Na maior parte dos casos, não exercem livremente o seu juízo, nem o seu sentido moral; em vez disso, colocam-se ao nível da madeira e da terra e das pedras; e talvez seja possível fabricar homens de madeira para cumprir o mesmo propósito. Não merecem mais respeito do que um espantalho ou um monte de estrume. Valem tanto como um cavalo ou um cão. No entanto, costumam ser considerados bons cidadãos. Outros, como a maioria dos legisladores, políticos, advogados, ministros e funcionários superiores, servem o Estado sobretudo com as suas cabeças; e, como raramente fazem quaisquer distinções morais, acabam por tanto servir o diabo, mesmo sem intenção, como Deus. Muito poucos, como os heróis, patriotas, mártires, reformadores no sentido mais lato e *homens*, servem o Estado também com as suas consciências, e por isso resistem-lhe forçosamente, sendo em geral tratados como inimigos. Um homem sensato só poderá ser útil enquanto homem; nunca se sujeitará a servir de “barro” para “tapar um buraco e impedir o vento de entrar”², deixando essa função para a poeira que restar de si:

“Sou demasiado nobre para que me possuam,
Para que me controlem como subalterno,
Ou me usem como prestimoso servidor,
De qualquer terreno Estado soberano.”³

Aquele que se dedica inteiramente aos seus semelhantes parece-lhes inútil e egoísta; mas aquele que se lhes dedica apenas parcialmente é considerado um benfeitor e um filantropo.

Como deve um homem agir em relação ao atual governo americano? A minha resposta é que não podemos, sem cair em desgraça, estar associados a ele. Não posso, por um instante sequer, aceitar como *meu* governo uma organização política que é também o governo dos *escravos*.

Todos os homens reconhecem o direito à revolução; ou seja, o direito de recusar lealdade e de resistir ao governo, quando a sua tirania ou a sua ineficácia se tornam demasiado grandes e insuportáveis. Mas quase todos afirmam que não é esse o caso agora. Mas era o caso, creem, na Revolução de 1775. Se alguém me dissesse que este governo era mau porque taxava certos produtos estrangeiros chegados aos seus portos, muito provavelmente não lhe daria grande importância, pois consigo passar sem eles: qualquer máquina tem o seu atrito; e provavelmente o efeito é suficientemente bom para compensar as desvantagens. Em todo o caso, fazer um grande alarido em relação a isso não traz nada de bom. Mas, quando o atrito acaba por criar a sua própria máquina, e a opressão e o roubo se tornam organizados, julgo que não deveríamos continuar a ter uma máquina assim. Por outras palavras, quando um sexto da população de uma nação que decidiu converter-se no refúgio da liberdade se compõe de escravos, e quando um país inteiro se vê injustamente invadido e conquistado por um exército estrangeiro, que o submete à lei militar, creio que está na hora de os homens honestos se revoltarem e fazerem a revolução. O que torna este dever ainda mais urgente é o facto de esse país assim invadido não ser o nosso, mas de ser nosso o exército invasor.

Paley, considerado por muitas pessoas como uma autoridade em questões morais, no seu capítulo sobre o “Dever de Submissão ao Governo Civil”, resume toda a obrigação civil a uma questão de conveniência; e prossegue, dizendo que “enquanto o interesse de toda a sociedade o exigir, ou seja, enquanto o governo estabelecido não puder ser alvo de resistência ou mudança sem inconvenientes públicos, a vontade de Deus determina que se obedeça ao governo estabelecido, e nada mais. [...] Uma vez admitido este princípio, a justiça de cada caso particular de resistência fica reduzida a um cálculo da quantidade de perigo e de agravos por um lado, e da probabilidade e dos custos da reforma por outro.” Em relação a isso, ele diz que cada homem deve decidir por si mesmo. Mas Paley parece nunca ter pensado nos casos em que a regra da conveniência não se aplica, quando um